

DISCURSO, TOM E CARÁTER: UMA ANÁLISE DO *ETHOS* TUCANO *

Fabiana MIQUELETTI

RESUMO *O propósito do presente trabalho é refletir, a partir de uma perspectiva discursiva, sobre uma situação de polêmica, tradicionalmente caracterizada como um velho padrão político, em que o embate de idéias opostas é trocado pela tentativa de supressão da figura do adversário como pessoa e como ator político. Em nossa proposta, essa situação de polêmica foi compreendida à luz dos estudos de Maingueneau (1984, 1997) sobre a polêmica como interincompreensão. Voltando-se para o cenário político brasileiro atual, analisamos a polêmica envolvendo o presidente Fernando Henrique Cardoso e as forças de oposição ao seu governo.*

ABSTRACT *This work aims to discuss, adopting a discursive approach, a sort of polemical situation, normally designated as an old political pattern, in which the practice of defending ideas is replaced by an attempt to suppress the opponent as a representative. My concern in this work is with the comprehension of such situation on the basis of Maingueneau's studies on polemics as "interincomprehension". Focusing on the contemporary Brazilian political scene, we analyze the polemical situation involving the President of Brazil, Fernando Henrique Cardoso, and the Opposition to his government project.*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na era FHC, de acordo com José Arthur Giannotti,¹ instaurou-se no país “uma fúria contra a inteligência (...) como se o outro fosse o burro, que só pode resultar na guerra de todos contra todos, no destempero verbal e na destruição das instituições

* Texto resultante da Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Lingüística, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no dia 25 de junho de 2002, sob a orientação do Prof. Dr. Sírio Possenti.

¹ “Fiquei assustado”, diz Giannotti. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 maio 2001. Brasil, p. A4.

democráticas”. Boris Fausto² faz referência a essa situação como um velho padrão político, “em que o embate de idéias opostas é trocado pela tentativa de supressão da figura do adversário como pessoa e como ator político”. Giannotti³ afirma que “na medida em que a política, entre muitas coisas, consiste numa luta entre amigos e inimigos, ela pressupõe a manipulação do outro, desde logo suporta, portanto, certa dose de amoralidade”. Considerando as observações dos autores acima citados, deparamo-nos com o caráter radicalmente intransigente de alguns debates, sobretudo do debate político. A propósito, E. Verón (*apud* Maingueneau, 1984:118) diz que o discurso político “não pode suportar que haja outro discurso político”, que “sua tendência mais profunda é *anular* [grifos nossos] o discurso do outro”.

A proposta do presente trabalho consiste em analisar, sob uma perspectiva discursiva, como o presidente Fernando Henrique Cardoso lidou com as forças de oposição ao seu governo. Procuramos refletir sobre como o discurso tucano procura anular o seu adversário como ser político, destacando os mecanismos discursivos de desqualificação mobilizados pelo agrupamento político dos tucanos. Nesse percurso, detivemo-nos em como o modo de dizer está associado a um modo de ser (a identidade do “eu”), que legitima o que é dito. Como na montagem de um quebra-cabeça, reunimos as “peças” (ou discursos) que constituem o *ethos tucano* a partir do que dizem de seus adversários.

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: DO INTERDISCURSO À INTERINCOMPREENSÃO, DO ESTATUTO DO ENUNCIADOR AO ETHOS

Buscando compreender melhor a relação dialógica na política a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (doravante, AD), acionamos as noções de interdiscurso e de polêmica como interincompreensão de Maingueneau (1984). De acordo com Maingueneau (1984:05):

o caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica conflituosa entre os discursos como um processo de tradução, de “interincompreensão” regrada. Cada discurso introduz o Outro [o discurso “de fora”] em seu fechamento, traduzindo seus enunciados na categoria do Mesmo e, assim, sua relação com esse outro se dá sempre sob a forma de simulacro que dele constrói.

² Um velho padrão político. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 2001. Opinião, p. A2.

³ O dedo em riste do jornalismo moral. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 maio 2001. Tendências/Debates, p. A3.

Esse desdobramento inescapável da relação interdiscursiva se dá na medida em que se postula nos enunciadores de um discurso dado “o domínio tácito de regras que permitem produzir e interpretar enunciados que derivam de sua própria formação discursiva e, correlativamente, permitem identificar como incompatíveis com ela os enunciados das formações discursivas antagonistas” (Maingueneau, 1984:13).

Os enunciados *outros* são inseridos no discurso como *simulacro*:

Cada uma das formações discursivas do espaço discursivo só pode traduzir como “negativas”, inaceitáveis, as unidades de sentido construídas por seu Outro, pois é através desta rejeição que cada um define a sua identidade. Uma formação discursiva opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas (chamemo-las positivas) e as recusadas (as negativas). (Maingueneau, 1997: 122)

Dessa forma, o enunciado da formação discursiva adversária será lido em seu avesso. Trata-se de uma *tradução* de enunciados de uma formação discursiva a outra. O *dicionário*, nesse tipo de tradução, é entendido como o *sistema de restrições semânticas* da FD que *traduz* os enunciados. Todos esses processos (*interincompreensão*) podem ser caracterizados como um “‘diálogo de surdos’ entre protagonistas que, no interior do mesmo idioma, ‘não falam a mesma língua’ ” (Maingueneau, 1997:120).

De acordo com Maingueneau, embora o discurso se constitua sempre em relação ao “Outro”, há uma tentativa de ficar sozinho, de “reivindicar o monopólio da legitimidade”, recusando o “Outro”. Trata-se de uma relação até certo ponto contraditória, marcada pela alteridade: o “Outro” é, ao mesmo tempo, exterior e interior ao discurso, pertence a sua materialidade, mas é mantido à distância. Em outras palavras, quando o “Outro” é trazido para o seu território, seus sentidos “Outros” são re-significados; ao desembarcar em terra estrangeira, o “Outro” é *naturalizado* a partir da grelha semântica do sítio ideológico que o incorporou.

O que nós não vemos não existe. O axioma, evidentemente falso, poderia bem ilustrar o processo de interincompreensão constitutiva. Façamos uma analogia com a cena em que um barbeiro entra na estalagem em que Dom Quixote está para reclamar a devolução de sua bacia, roubada pelo cavaleiro da Triste Figura. O “olhar de cavaleiro” de Dom Quixote faz com que ele veja na bacia um elmo. Só um “olhar vilão”, como o do barbeiro, poderia confundir um elmo com uma bacia.⁴ Quem ocupa a posição “de cavaleiro” nunca compreende o que se diz a partir da posição “de barbeiro”. Com o processo de interincompreensão, dá-se o mesmo. Possenti (1999:05) exemplifica dizendo que “lá onde um militante de esquerda vê

⁴ Cf.: ROUANET, S. P. O castelo encantado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07 jan. 2001. Mais! p. 16-7.

movimentos sociais legítimos que põem em xeque uma ordem social injusta, o conservador verá a desordem social e a quebra da ordem jurídica (concretamente lá onde um militante do MST vê uma ocupação, o latifundiário vê uma invasão)". Da mesma forma, lá onde a mídia lê a vitória do PT nas eleições municipais de 2000 como resultado de *um abrandamento do discurso*, as correntes majoritárias do PT vêem a mesma realidade como *aperfeiçoamento político e cultural*, como *amadurecimento político*; já as alas mais radicais do partido vêem como *uma inflexão à direita*, como *uma domesticação* e até mesmo como *uma traição*. Em seu discurso de despedida do Banco Central, Gustavo Franco disse:

O papel do BC não deve ser, nem foi, o de salvar bancos ou banqueiros, mas de proteger correntistas, proteger a poupança popular ... A oposição quis fazer do Proer [Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro] uma questão política, sem se dar conta do que representariam para o cidadão comum as agruras de uma crise bancária ... se não fosse o Proer, e se dependesse desses valentes deputados da oposição, a todo o momento esbravejando contra o Proer, suas poupanças teriam desaparecido [grifos nossos].⁵

O enunciado em itálico projeta o simulacro de *proteger a poupança popular*, ou seja, o que a oposição diz do Proer: *salvar bancos ou banqueiros*.

Em nosso trabalho, é privilegiada a relação com outro, ou seja, como o discurso tucano traduz o discurso da oposição. Nossa atenção volta-se para os discursos postos em cena pelo sujeito para falar de seus adversários. Sobre a montagem do discurso tucano, como se verá, há, pelo menos, dois casos de discurso dentro do discurso: o discurso conservador é citado pelo discurso progressista. O presidente produz um discurso "progressista", ou seja, reformista, a favor da mudança, e, para desqualificar seus adversários, produz enunciados que pertencem ao discurso conservador.

Também considerando que o discurso é inseparável de uma "voz", nosso trabalho propõe explorar o *ethos* tucano a partir do que este agrupamento político diz de seus adversários. Nosso percurso analítico procura apontar como o modo de dizer está associado a um modo de ser. Ou seja, a partir do que é dito, identificamos um certo modo de dizer (tom), e a partir deste chegamos a um determinado modo de ser (caráter). Exploramos aspectos da construção de uma personalidade para o "eu" tucano, que procuramos distanciar do "ser no mundo" (o sujeito concreto), tratando-a como uma subjetividade discursiva.

Também para Maingueneau, o *tom* está associado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O leitor/ouvinte constrói a fonte da enunciação a partir de índices

⁵ "O governo segue o seu rumo, e eu, o meu". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 mar. 1999. Dinheiro, p. 2.

textuais, atribuindo-lhe um caráter e uma “corporalidade”. O caráter é entendido como o “conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (Maingueneau, 1997:47).

O universo discursivo⁶ constitui o *locus* para a construção imagética desse “eu”, dos traços de caráter do “eu” que são percebidos por meio da enunciação. Maingueneau frisa bem que não se trata de “characterologia”, mas de “estereótipos” culturais que circulam em domínios diversos: literatura, fotos, cinema, publicidade, etc. (Maingueneau, 2001:99).

Maingueneau (1984:95) diz que cada discurso define o estatuto que deve conferir-se o enunciador para legitimar o seu dizer. Maingueneau cita o discurso humanista devoto, cujo enunciador “se dá como integrado a uma Ordem: é membro de uma comunidade religiosa reconhecida, bispo, mestre (professor)” (p. 95). Ao contrário, no discurso jansenista, o enunciador é anônimo e não se atribui nenhuma inscrição social (p. 95). Devemos ter em mente, portanto, que toda a fala provém de um enunciador encarnado e que, por meio de sua fala, o enunciador confere a si próprio uma identidade. O enunciador não só se apresenta como uma dada instância subjetiva, mas também o que diz, ou sua maneira de dizer, encarna as propriedades associadas a essa instância. Maingueneau diz que J. M. Le Pen, da Frente Nacional, partido de extrema-direita francês, não apenas se diz “homem do povo”, como inscreve essa sua origem em sua maneira de dizer: “exprime-se como homem simples, corajoso, sadio, que sabe ‘berrar’ de modo saudável com os políticos” (Maingueneau, 1997:45). Retomando Maingueneau, para que afastemos qualquer conotação psicologizante do que entendemos por identidade, o caráter da instância subjetiva provém “de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apóia a enunciação que, por sua vez, pode confirmá-las ou modificá-las” (2001:99).

No universo de discursos sobre os intelectuais cooptados pela política, o representante político ilustrado (o intelectual bem-pensante) assume a condição de representante das idéias de modernidade. O tom firme e assertivo dos progressistas, em defesa de suas propostas de mudança, confunde-se com sua atitude intransigente (“estereotípica” de um conservador) em relação àqueles que pensam diferente. Esse *ethos* parece ter sido engendrado por uma dada identidade, a do representante político intelectual: o homem de ciência, depositário da razão e da verdade. Como observou Julien Benda⁷, o compromisso maior dos intelectuais é com a *verdade* e não com suas inclinações políticas.

⁶ Entende-se por “universo discursivo” o conjunto de FDs de todos os tipos que interagem em uma conjuntura (cf. Maingueneau, 1997:116).

⁷ BENDA, J. *La trahison des clercs*. Paris: Grasset, 1927.

Escrevendo sobre *A República*, de Platão, Freitas⁸ destaca que “em sua república [de Platão] o Estado, sobrepujando o indivíduo, devesse estar nas mãos do ‘rei-filósofo’, o único que poderia vislumbrar o ‘mundo das idéias’ por trás dos vultos enganosos”. O discurso de Fernando Henrique confere ao enunciador o estatuto de representante político intelectual (que faz as vezes do “rei-filósofo”), que ele mesmo define:

*Acho que há uma tensão real entre essas duas funções. Como intelectual, você é treinado para dizer a verdade – pelo menos o que imagina ser a verdade –, para assumir como suas as descobertas. O intelectual é um vaidoso porque produz algo próprio, não é um copista dos outros ... O político é o oposto disso. O político muitas vezes não pode proclamar o que sabe. Quando ele é sem-vergonha, mente; quando não é sem-vergonha ele omite, senão não chega ao resultado que deseja. Por outro lado, o político tem de ter mais humildade, para conseguir o resultado que deseja ... Mas eu, pessoalmente, como intelectual, nunca deixo de ter um certo distanciamento dos acontecimentos. Procuo sempre interpretá-los, porque isso faz parte da minha formação intelectual básica. E nunca neguei isso na minha vida política, apesar de tanta gente dizer insistentemente que eu não sou do ramo. Eu nunca quis ser do ramo, porque acho essa coisa muito pobre. No Brasil, “ser do ramo” é ser esperto, e um político de vocação real, que se veja mais como estadista do que como político, não pode ser do ramo. Ele tem que ser capaz de pensar sozinho – e aí há um ponto de encontro, porque nesse sentido o grande político é também um intelectual. Há um dado momento em que ele se defronta com uma situação que o obriga, no seu isolamento, a tomar alguma decisão, e às vezes ele fica contra todos. Já o político normalmente não gosta de ficar contra – ele gosta de ir na maré, porque ficar contra é ficar sozinho, é se isolar. O intelectual, na política, rompe mais facilmente ... eu não tenho ambição de cargos ... não é isso que move na política, porque realmente o substrato intelectual está muito forte em mim ... Mas repare que todos eles [os grandes intelectuais na política], em algum momento dizem coisas que os do ramo não gostam ... A política de muito disso [uma conciliação permanente de interesses], mas tem de ter também algo de quebra de interesses – e acho que o intelectual quebra mais. Não por acaso os grandes revolucionários foram intelectuais.*⁹

⁸ FREITAS, A. *A República. Primeira Leitura*, São Paulo, n.6, ago. 2002. Resenha, p. 103.

⁹ FERREIRA, C.; VASCONCELLOS, J. (Orgs.) *Certas Palavras*. São Paulo: Estação Liberdade, 1990. p. 109-10. Entrevista.

Esse caráter “messiânico” e “esclarecedor”, que medeia as relações dos intelectuais com o poder político, decorre desse tipo de concepção de representação política: o governo pelos sábios. Em Bobbio (1997), encontramos que todo o pensamento político de Ortega y Gasset está organizado em torno da “distinção” entre representantes – elites intelectuais – e representados – massas – cujo destino é “deixar-se conduzir por uma minoria de espíritos clarividentes” (p. 33). Como observa Bobbio (1997), atribui-se ao intelectual caracteres positivos, dentre eles, destaca-se a propensão para a inovação.

Esse tipo de posicionamento alça o intelectual não à condição de ator político, mas a de ator espiritual. A ele não cabe uma tarefa política, mas espiritual. Sua política não é a ordinária, dos homens de política, mas a extraordinária, dos homens de cultura, de ciência, de saber. A superioridade intelectual e moral, atribuída aos homens de cultura, pode legitimar governos dos quais se colocam como porta-vozes, no sentido de que usam sua razão para justificar as ações do regime – “fábrica de consenso” - ou no sentido de que influem no poder estando fora dele, ou mesmo pode legitimá-los como representantes, quando estão efetivamente no poder (cf. Bobbio, 1997). O enunciador tucano coloca-se acima da ignorância daqueles que não concordam com ele e inscreve essa sua superioridade em sua maneira de enunciar, como veremos a seguir.

Dada essa subjetividade enunciativa, é possível alcançar duas instâncias “*ethicas*” na formação do *ethos* do *homo politicus tucano*. Estamos falando na imbricação de um modo de dizer e de projeções de lugares sociais determinados. Essa identidade do “eu” tucano, engendrada pelo modo de coexistência dos discursos que a constituem, mostra o *ethos* do sujeito histórico, a quem cabe iniciar uma nova ordem de coisas, associado a um *ethos* de conotações autoritárias e conservadoras. Trata-se de uma subjetividade híbrida. Buscamos, com nosso trabalho, melhor compreender essa “coerência” entre características (*ethos*) aparentemente contraditórias que convergem para a construção – como discurso – de uma identidade social para o “eu”.

3. O *HOMO TUCANUS*: NA ENCRUZILHADA DO ARCAICO E DO MODERNO

3.1. Sobre a Oposição

Para que possamos dar contornos mais precisos ao caráter do *homo politicus tucanus*, vamos observar, inicialmente, como os tucanos se representam e representam seus adversários políticos. A caracterização dos adversários (dos que se opõem às mudanças), na discursividade tucana, denuncia a presença de um enunciador conservador. Ao mesmo tempo, o *ethos* também desenha a presença de um social-democrata, que golpeia como direita.

Nosso interesse é investigar os processos discursivos de remissão aos adversários na superfície de textos que pertencem à formação discursiva tucana.¹⁰ Na tradição semântica, o termo referência designa uma relação entre forma lingüística e seu referente extralingüístico. Aqui, a abordagem dessa relação repousa nos pressupostos da teoria do discurso. Com isso, queremos dizer que trataremos *da construção discursiva do referente*, ou seja, “de um objeto imaginário (do ponto de vista do sujeito) e não da realidade física” (Pêcheux, 1969:85).

As projeções de oposição política, mobilizadas pelo discurso tucano, atravessadas por já-ditos, desqualificam essa posição discursiva, excluindo-a de qualquer debate. Pensando nas relações de força, constitutivas de uma sociedade hierarquizada, a fala da oposição pode valer (significar) menos em função das representações do “eu” tucano e da “oposição” destacadas. Em termos mais gerais, o que estamos efetivamente propondo analisar estende-se ao *olhar dos tucanos sobre seus adversários* – mais especificamente a seu *olhar vilão*.

Cassandras, pessimistas, catastrofistas, fracassomaníacos, cabeças voltadas para o passado, etc. são expressões diferentes que se referem àqueles que se opõem ao governo. Embora tais expressões designem um mesmo grupo político (a oposição), elas não significam do mesmo modo, uma vez que podem suscitar representações diferentes do referente em função das *propriedades* assinaladas pelas expressões. O que nos chama a atenção, na observação das denominações, são as *propriedades* que os lexemas conferem ao referente em razão, primeiramente, de *suas virtualidades de sentido em língua*, ou seja, de seu valor semântico estrito (de “Dicionário”), e, em segundo lugar, de seus efeitos de sentido quando correlacionados à formação discursiva. Fique claro, portanto, que esses *traços* não configuram características universais, uma vez que o discurso constrói o seu objeto; assim, são formas de identificar/qualificar o referente, de levantar seus caracteres, sobretudo os negativos. A escolha das características a serem ativadas pela denominação ajuda a compor a identidade do referente (personagem social), ao mesmo tempo, inseparável da identidade que os tucanos constroem de si por meio da nomeação das “vozes críticas”. De acordo com Brandão (1997), a identidade política do sujeito se definiria na equação: *eu sou na interação com o outro*.

Das expressões que constroem discursivamente os que se opõem ao projeto governista, podemos distinguir regiões discursivas diferenciadas. Em uma dessas regiões, as denominações reservadas à oposição retomam sentidos saturados sobre *aqueles que reagem às mudanças*.

Como efeito de anterioridade, de um imaginário já constituído, intervém o sentido negativo que o termo “reação” veio a adquirir. Aqueles que reagem às

¹⁰ O *corpus* agrupa seqüências discursivas dominadas pela formação discursiva tucana, tomada como a formação discursiva de referência. Para constituí-lo, reunimos declarações do presidente da República, reproduzidas na seção “Brasil” do jornal *Folha de São Paulo*, duas entrevistas de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo e pronunciamentos do presidente divulgados pela *Agência Brasil*.

mudanças vieram a ser vistos historicamente e denunciados como reacionários: aqueles que queriam “fazer o relógio da História andar para trás”, os contra o progresso, contra o andar para frente da História. A oposição é historicamente significada por conteúdos negativos.

De acordo com Bobbio et al. (1999, p. 1.073):

Na linguagem política, o termo [reação] indica genericamente todo um comportamento coletivo que, opondo-se a um determinado processo evolutivo em ato na sociedade, tenta fazer regressar essa sociedade para estádios que a evolução tinha ultrapassado.

Em uma segunda região, encontram-se denominações que desqualificam o exercício da oposição, *que é se opor, discordar do modelo de desenvolvimento da sociedade do grupo político detentor do poder, e apresentar alternativas.* Ao estigmatizar o comportamento de grupos de contestação como *só contra*, entra em cena um sítio de significância já posto para aqueles que integram as fileiras da oposição. Essa tendência discursiva se desdobra semanticamente em duas direções. Em uma delas, esse perfil da oposição está associado a um desvio de caráter de ordem moral: agem sem pensar no bem-estar do país e do povo. A oposição às idéias ou programas significada como ser contra o país mistifica o comportamento da oposição ao sugerir que quem se posiciona contra as propostas governistas se coloca contra a pátria. Uma voz discordante é desqualificada como *inimigos do Brasil*, pois colocam seus interesses particulares acima dos interesses nacionais e impedem que o Brasil vá para frente, avance. Há uma caracterização dos outros – a oposição – como antinação.

Os críticos agem de má-fé, apostam *no quanto pior, melhor* porque pensam que *quando o país vai mal, eles vão bem*: “Se a oposição pensasse no Brasil...” O comportamento dos adversários é, desse modo, vinculado a uma prática política “ordinária”. O papel que a *oposição* representa no contexto de uma sociedade democrática é significado, na discursividade tucana, como *pequena política*:

(1) Pateticamente, os setores que se querem progressistas unem-se aos setores mais atrasados do Congresso para bloquear qualquer mudança. E ainda acusam o governo de estar ligado aos setores atrasados! Na verdade os sinais estão trocados. Se examinarmos as votações no Congresso, verificamos que a esquerda – a “esquerda” entre aspas, aquilo que se chama de esquerda no Brasil – votou contra, por exemplo, o fundo de valorização do professor. Por quê? Qual a lógica disso? É a lógica da pequena política. Querem destruir a mim e atingem o interesse do país. (Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. Veja, n. 1512, 10 set. 1997).

A oposição também é caracterizada como *lamentosa, pessimista, catastrofista* em relação às mudanças. Esse comportamento da oposição contrapõe-se à *fé otimista* dos progressistas, e também é significado como sendo contra o país. Essa região de sentido para a oposição dialoga com o discurso conservador.

Numa outra direção, a justificativa para essa postura oposicionista não apela para esse “ranço” da oposição, mas para sua falta de capacidade intelectual de entender o por quê das coisas: a oposição não compreende o processo histórico que hoje vivenciamos, não vê o que acontece no mundo. A oposição está *atrasada* para compreender. Mais uma vez, está na *contramão* da História. De um lado, estão os inteligentes; de outro, os burros. Percebemos um germe também autoritarista: “eu” estou sempre certo, os outros todos são ruins. A origem das críticas ao governo deve-se à falta, na concepção dos tucanos, de uma compreensão abrangente do que o governo faz e planeja fazer. Dessa forma, aqueles que se opõem às mudanças agem assim não apenas porque estão em defesa de seus próprios interesses políticos, mas também por ignorância, até mesmo por uma ignorância ingênua, que pode também ser explicada, em alguns casos, por um sentimento impotente de nostalgia: “Eu entendo o saudosismo. Eu compreendo emocionalmente que as pessoas são saudosas de um passado. Mas o passado é o passado”.¹¹

Não é preciso ir mais além para concluirmos que, no discurso tucano, aquilo que a oposição propõe cheira a naftalina, soa anacrônico, por extensão, não faz mais sentido. Não há, portanto, espaço para a discussão política se não há críticas, propostas alternativas inteligentes. As diferentes formas de denominar a oposição suprimem a oposição como ator político. O processo de produção de sentidos para o referente produz uma ilusão de que os sentidos são verdadeiros, únicos e incontestáveis, emanam de uma realidade evidente, da História. A oposição ainda não teve a *Revelação*.¹²

Ao designar o que a oposição diz como *nhenhêném, batatada, juízos precipitados, conversas fiadas, papo furado*, desautoriza-se o espaço de interlocução, numa tentativa de transformação do dissenso em “consenso”. Os opositores dedicam-se a *discussões vazias*, que não conduzem a lugar algum. O mote da desqualificação é a falta de alternativas para oferecer ao país. O caráter conservador do discurso de Fernando Henrique, de recusa do debate político, também é reiterado pelas referências à oposição como *barata tonta* ou *os setores mais perdidos*.

Esse “não ter nada a dizer, a propor” faz referência à contestação sistêmica, a tudo que se aproxime do radical, da idéia de “ruptura” com o que aí está. Como

¹¹ Fernando Henrique Cardoso referindo-se aos que são contra a privatização da Vale do Rio Doce (FHC nega barganha entre venda da Vale e a reeleição). *Folha de São Paulo*, 21 nov. 1996. Brasil, p. 1-4).

¹² Ver VERÍSSIMO, Luis Fernando. Mão e contramão. In: _____. *Comédias da vida pública*: 266 crônicas datadas. Porto Alegre: L&PM, 1995. p. 366-7.

assinala Nogueira,¹³ sob a hegemonia do pensamento único, não haveria necessidade de oposição, bastariam algumas “oposições dóceis e construtivas”.

Essa idéia de que há um percurso linear, de que só há um caminho para “ir para frente” (o progresso; a modernidade) funda-se no autoritarismo, no conservadorismo. Ao discordar, a oposição objetiva uma mudança (o que o discurso tucano não diz) de rumo político do governo, das estruturas políticas e das estruturas sócio-econômicas. No discurso tucano, o comportamento da oposição aparece como inspirado no conservadorismo e não no progressismo/revolucionarismo. Essa recusa à diferença, a alternativas políticas, resvala no autoritarismo antidemocrático.

De acordo com Nogueira (*op. cit.*), esse comportamento do governo de desqualificar o ser de oposição acaba por atribuir ao governo o papel de única verdade e única certeza: “os problemas nacionais jamais derivariam de erros de orientação governamental, mas seriam impostos pela cegueira dos que são ‘contra’”.

A grande verdade para os tucanos é que o Brasil é um país *caipira*, onde a *intelligentsia*, que tem de fazer a revolução copernicana, mudar as mentes, tirar o país e seu povo do estado de trevas e iluminá-los, não é compreendida, é obrigada a conviver com *cassandras*, com *fracassomaniacos*, com *bobos*, com *gente atrasada*, *teimosa*, *do contra*, com *cabeças voltadas para o passado*, com *falsos defensores do povo*, com uma *esquerda entre aspas*. Ao alimentar a discordância com *juízos precipitados*, *gritarias*, *discussões idiotas*, *patéticas*, *acusações ridículas*, *bobagens*, mostram-se racionalmente deficientes, incapazes de compreender, porque estão aferrados ao passado, querem voltar para trás. Ao se oporem ao projeto tucano de “modernização” do país, está reservado a seus críticos o papel de empecilho: não há desavença legítima se o projeto do governo é a única proposta viável. Como observa Semeraro,¹⁴ a imagem do intelectual esconde sua faceta mais sombria: *um saber incapaz de uma relação dialética com a sociedade*.

Sobre a semântica da referência no discurso tucano, em nossas análises, nossa preocupação foi com a “localização” (“o significado local”) das expressões usadas para se referir aos críticos e às críticas, ou seja, essas expressões estão associadas a domínios muito particulares (os discursos em que ocorrem/o discurso responsável pela sua significação). Nesse sentido, a contribuição principal de nossa análise, novamente, diz respeito à configuração do discurso tucano (a partir de quais outros discursos ele se constitui).

Ao observarmos o estatuto das unidades lexicais, verificamos uma espécie de “modernização conservadora” do discurso tucano. Ou seja, o processo de modelagem desse discurso atrai, de um lado, elementos oriundos de discursos sobre a diáde “modernidade” e “movimentos reformistas”, que tocam a sinonímia; e de

¹³ NOGUEIRA, M. A. **A política como ameaça**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv49.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

¹⁴ SEMERARO, G. **Os “rumos modernos” e o intelectualismo da política de FHC**. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv86.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

outro, elementos do discurso conservador. A oposição entre modernidade e atraso converte-se em princípio organizador do discurso que anula o adversário político.

A crença inabalável no progresso, no ir para frente, sempre sinalizado como melhoramento, e na recusa de voltar atrás, sinalizada como retrocesso, é a matriz inabalável de significância para esse discurso *globalizante* – dominante. Uma matriz de significância tão poderosa que é acionada sempre para desqualificar os que questionam, os que se opõem. Aqueles que ousam pensar o que foi declarado impensável são caracterizados como “atrasados”, ainda não atravessaram a fronteira, ainda estão em algum lugar do passado, no mais completo descompasso com a História! Como podem atrasar o relógio da História? Esse *ethos* é dos que têm boa compreensão, dos que são donos do assunto (o intelectual), dos que dominam os mecanismos de análise e que, portanto, são os únicos a poder opinar sobre temas-chaves da História: a *intelligentsia*, a quem ainda cabe tentar catequizar – “melhor explicar para que eles possam compreender, meu Deus!” – ou, numa atitude mais radical, excomungar os nostálgicos da revolução, ainda seduzidos pelo ideal de ruptura, aqueles que não se vestiram de maturidade, os “barbudinhos”.¹⁵

3.2. Sobre os temas da polêmica

A ilegitimidade do debate não é significada apenas pela desqualificação dos atores políticos, que se dá a partir de discursos conservadores, mas também pela representação do modelo de desenvolvimento que aí está (o tema da polêmica) como imutável. Isso quer dizer que não há espaço para a mudança, embora a mudança seja constitutiva da identidade que o sujeito tucano assume para si: aquele que tem a missão de operar a superação de um Brasil arcaico para um Brasil moderno. A *mudança* é a palavra de ordem da modernidade: *mudança sem ruptura com o que aí está* é como o real da história pode ser dito.¹⁶ Nesse universo de sentido, as críticas tornam-se menos “úteis” quando não há como propor nenhuma alternativa

¹⁵ Cabe, aqui, destacar que o PT atribui o “abrandamento” de seu discurso de esquerda a um processo de “amadurecimento” político-ideológico. Nos anos 80, o embaixador americano Anthony Montley apelidou de “barbudinhos” os embaixadores brasileiros ligados ao “terceiro-mundismo”, ou seja, a valores como a defesa do Estado-empresário, o protecionismo econômico e uma política externa independente. Os “barbudinhos”, “esquerdistas inconseqüentes”, eram vistos como inimigos dos Estados Unidos. A expressão realça a barba, uma espécie de ícone revolucionário, uma forma de aproximá-los da imagem de Fidel Castro.

¹⁶ A nulidade da mudança ou da resistência à mudança, como são significados os comportamentos dos que resistem ao discurso dominante, parece remeter à idéia das leis naturais, leis invariáveis, independentes da ação humana. Trata-se de uma tese um tanto positivista. Vale lembrar que o Positivismo torna-se, no século XIX até nossos dias, uma ideologia conservadora, identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida. Comte, considerado seu fundador, cita freqüentemente fenômenos econômicos - o caso da concentração de capital - como exemplos destas “leis naturais invariáveis” da sociedade. Para Comte, a doutrina positivista “há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza” (Comte *apud* Löwy, 1998, p. 24).

“coerente” às formas econômicas tal como são hoje. Não há como impedir a chegada dos tempos modernos. Henriques¹⁷ identifica o caráter autoritário na capacidade de “tornar ridícula e quixotesca qualquer tentativa de opor-se a isto que se quer o rumo natural das coisas”.

Como efeito de sentido, apaga-se a subjetividade histórico-política, que é capaz de ação na história, em favor de uma subjetividade passiva, assujeitada a uma ordem esculpida pelo tempo, ao determinismo da História. A *mudança*, dentro do “Novo Capitalismo”, é representada como *um processo de evolução inevitável* e não como *construção*. *As mudanças são representadas como fenomênicas*. Essa representação da mudança resulta, num certo sentido, da própria imagem que o “senso comum” confere à História. De acordo com Arendt (1972, p. 139):

a história é usualmente concebida como processo, fluxo ou desenvolvimento – que todas as coisas por ela compreendidas podem se transformar em quaisquer outras, que as distinções se tornam sem sentido por ficarem obsoletas e como que submersas no fluxo histórico no momento de sua aparição.

O discurso tucano da desqualificação assume, desse modo, feições autoritárias porque mobiliza dois princípios de coerção historicamente assumidos como “legítimos”: a Razão e a História. Um destes princípios, a verdade própria dos fatos históricos, alude ao discurso positivista; o outro, a razão, é legitimado pelo discurso não menos conservador da modernidade, “que nos convida a substituir a confusão e as contradições das diversas crenças [a diversidade] pela unidade da razão” (Touraine, 1998, p. 78).

De certo modo, a modernidade implica relações autoritárias legitimadas. A modernidade encontra no pensamento racional um princípio legítimo de coerção e de dominação:

O pensamento político das Luzes e das revoluções, carregado de espírito democrático para agir como forma de destruição dos poderes privados, das barreiras sociais e da intolerância cultural, tornou-se cada vez mais antidemocrático, elitista e mesmo repressivo quando identifica uma nação, uma classe social, uma idade da vida ou um gênero com a razão, justificando assim sua dominação sobre outras categorias. (Touraine, 1998, p. 102)

Essa imagem dominante de modernidade, como triunfo da racionalização, que é em sua essência intolerante, condena a alteridade, leva ao apagamento das

¹⁷ HENRIQUES, L. S. A *campanha* e a *guerra*. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci>>. Acesso em: 16 abr. 2002.

diferenças, da diversidade, ao não reconhecimento, à supressão do Outro. A racionalização reivindica “legitimamente” a unanimidade, o consenso, o universalismo. Elhajji¹⁸ observa que:

a modernidade e o racionalismo são apresentados e promovidos ao mesmo tempo como promessa de felicidade e de bem-estar generalizado para as sociedades que os adotam e como estágio evolutivo inelutável que essas mesmas sociedades não têm outra opção senão aceitar com resignação e serenidade.

A constituição dessa subjetividade fluida, encarnada pelo enunciador tucano, deve ser entendida em termos de contradição ou de complementaridade? A contradição não nos parece a hipótese mais adequada, embora não possa ser desprezada. Acreditamos que modernidade e conservadorismo mantêm entre si uma relação de “simbiose conflitante”: há complementaridade e não contradição no fato de a modernidade (qual modernidade?) ser conservadora e autoritária. De certo modo, a modernidade implica relações autoritárias legitimadas. A modernidade encontra no pensamento racional um princípio legítimo de coerção e de dominação

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUAL MODERNIDADE?

Atentar para a *direção* das mudanças, ou seja, para o projeto de modernidade em questão, é fundamental. Isso quer dizer que não basta *ser a favor da mudança* (qual mudança?) para ser “moderno” e nem *ser contrário à mudança* (qual mudança?) ou *inovação* (qual inovação?) para ser “conservador” ou “atrasado”. A polêmica se instala em função da não estabilidade da modernidade, ou seja, da existência de projetos de modernidade concorrentes. Mas isso constitui um interdito para as formações discursivas oponentes. Para as formações discursivas que disputam o mesmo espaço, o Outro, aquele que se opõe à *mudança* (qual mudança?), será sempre visto pela ótica do atraso, ou seja, *contra o novo*. Para um outro discurso, o caminho do desenvolvimento autônomo e da independência nacional, supostamente representado pela oposição do PT, não estaria identificado com o atraso, mas seria lido como “modernidade”; em contrapartida, o caminho representado pelo governo, não representaria a modernidade, sendo lido como “o velho caminho do atraso e da dependência externa”, da “integração subordinada ao mercado mundial”.

Pelo que pudemos ver, acreditamos que o consenso, reivindicado pelo *homo politicus tucanus*, funda-se em um imaginário de modernidade dominante. A

¹⁸ ELHAJJI, M. **Globalização: uma narrativa auto-referente**. Disponível em: <<http://www.eco.ufrj.br/revistaepos/textomoha.htm>>. Acesso em: 27 maio 2002.

modernidade, tal como é representada pelo discurso dominante, engendra uma significância poderosa, que leva a esse não reconhecimento da dissensão, uma vez que a desqualificação do adversário se dá principalmente em função da organização temporal – orientada para o passado/orientada para o futuro – e de relações de autoridade legitimadas pela racionalidade. Sustentamos, assim, que uma certa projeção de modernidade, que, evidentemente, não caiu do céu, ou seja, não veio de qualquer lugar, condiciona o sujeito tucano e seu discurso.

Podemos, assim, defender a coerência da “existência discursiva do eu-enunciador”. No discurso tucano, o enunciador é membro de uma classe muito particular de representantes políticos, identificada com a *razão* e com a *ação política, que visa à superação do passado*. Esse estatuto que o enunciador confere a si comporta um tom (assertivo, beligerante, desdenhoso) e um caráter (autoritário, conservador). O estatuto, o tom e o caráter obedecem, portanto, a uma “lógica semântica” que rege a “montagem” do discurso tucano da desqualificação, ou seja, a relação semântica que este estabelece com outros discursos convenientemente escolhidos. O caráter autoritário do eu-enunciador seria, portanto, constitutivo de seu estatuto: o intelectual não reconheceria nenhum lugar aos outros, suprimindo a legitimidade destes em nome da “razão”, que só pode estar com ele.

A resistência da oposição à mudança, no discurso tucano da desqualificação, demonstraria um comportamento conservador. O que não se diz é que a discordância se dá quanto à direção da mudança e não em favor da inação. A polêmica se dá em relação a duas possíveis direções para o processo histórico. A mudança, no discurso tucano, só é possível para uma direção apenas, que seria orientada por uma lógica universal. Em contrapartida, a defesa da mudança para apenas uma direção em detrimento de outras direções possíveis, autorizada pela autoridade intelectual do enunciador, também demonstra um *caráter* conservador.

Por fim, a discussão sobre a complementaridade das instâncias éticas do *homo politicus tucanus* também não pode ser desviada do desentendimento recíproco que funda as relações entre discursos antagônicos. O discurso pode até se mostrar tolerante às críticas, mas tenta, de alguma forma, racionalizar e legitimar sua intolerância com o Outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, H. (2000). Entre o passado e o futuro. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva. 348p.
- BOBBIO, N. (1997). Os Intelectuais e o Poder. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp. 187p.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. (2000). Dicionário de Política. Tradução Carmen C. Varrialle e outros. 5ª ed. Brasília: Editora UnB. 2v.

- BRANDÃO, H.N. (1994). Discurso e Polêmica num Debate Político. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 37, p.129-143.
- MAINGUENEAU, D. (1997). Novas Tendências em Análise do Discurso. Tradução Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Pontes. 198p.
- _____. (2000). Genèses du discours. Bruxelles: P. Mardaga, 1984. 209p. Tradução Sírio Possenti. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem. 119p. (Mimeogr).
- _____. (2001). Análise de Textos de Comunicação. Tradução Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez. 238p.
- PÊCHEUX, M. (1997). Análise Automática do Discurso (1969). In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução Eni P. Orlandi. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp. p. 61-161.
- POSSENTI, S. (1999). Metaenunciação: Uma questão de interdiscurso e relevância. Trabalho apresentado ao 3º Colóquio Latino-americano de Analistas do Discurso, Chile.
- TOURAINÉ, A. (1998). Igualdade e diversidade: o sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru: EDUSC. 110p.